

Política ESTADO DE SÃO PAULO

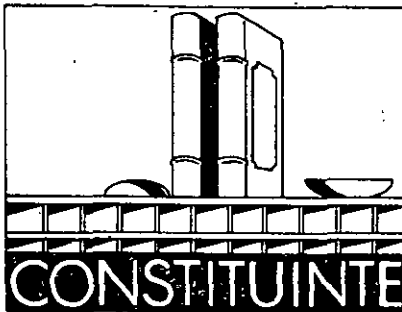
# Presidencialismo, agora a bandeira de ministros

**CARLOS CHAGAS**

Partindo da presunção de que a Assembléia Nacional Constituinte terminará por assegurar ao presidente José Sarney cinco anos de mandato, conforme seus desejos, começa o governo a articular outra etapa da luta constitucional. Vários ministros do PMDB estão se movimentando para obstar a tese, por enquanto vitoriosa no partido, pelo estabelecimento do sistema parlamentar de governo. Essa iniciativa coincide com as informações de que o presidente José Sarney considera adiada ou encerrada a reforma do Ministério, pretendendo continuar por tempo razoável com sua atual equipe de auxiliares. Em função disso, ministros do PMDB sentem-se suficientemente fortes para desenvolver um movimento de defesa do presidencialismo. Além de ser essa a diretriz dada pelo chefe do governo em seu recente pronunciamento, a quase totalidade do Ministério entende não poder o País correr o risco de aventuras.

Um dos que lidera a operação é Roberto Santos, da Saúde. Ontem, ele alertava para o grande equívoco nacional que poderá ser a adoção do parlamentarismo, ou, mesmo, de um sistema misto, híbrido e confuso. Para o ex-governador balano, torna-se necessário acabar com alguns tabus no campo da doutrina e, ao mesmo tempo, evitar casuísmos no processo de elaboração da nova Constituição. A Assembléia Nacional Constituinte é livre e soberana, mas o debate deve

estar aberto a todos. O parlamentarismo, em primeiro lugar, não representa antídoto capaz de evitar crises, golpes e ebulições institucionais. Criou-se essa versão, de uns tempos para cá, apesar de a experiência histórica demonstrar o contrário. Aí está, na memória de todos, os efeitos da adoção do sistema parlamentar de governo nos anos 61/62. Da noite para o dia, o Congresso estabeleceu o parlamentarismo, mas o que se viu



foi o agravamento da crise e a sua explosão, em 1964. Do Império nem haverá que falar, evitado de tentativas de golpes e sem ter conseguido evitar o maior deles, a Proclamação da República. O parlamentarismo não funcionou, naquela ocasião, e, pelo contrário, contribuiu para que um movimento militar restrito, pertencente apenas à satisfação diante de um Ministério, redundasse na mudança abrupta do regime e das instituições.

Para Roberto Santos, o PMDB deveria meditar muito antes de adotar o sistema parlamentar, se as ra-

zões da maioria do partido forem doutrinárias. Um país das dimensões do nosso necessita visualizar a autoridade e, nas crises, ao contrário do que se propala, o parlamentarismo serve para acentuar o vazio de poder. Não é para os doutrinários, no entanto, que o ministro da Saúde volta suas atenções maiores. Ele vê perigo na posição daqueles que, por motivos conjunturais, se pronunciaram pelo sistema parlamentar de governo, em recente reunião das bancadas do PMDB. Muitos quiseram, por via transversa, atingir o presidente Sarney, evitando o grande choque que seria a discussão em torno do tempo de seu mandato. Só que não se pode brincar com as instituições nem conduzi-las a equívocos por conta de questões conjunturais.

Espera que com o suceder das diversas etapas constituintes a tese reflua, mas entende que os ministros do partido devem conversar e se organizar para, no âmbito de suas lideanças, convencerem o PMDB do perigo que será o parlamentarismo entre nós, na atual quadra. O debate poderia permanecer e ganhar o leito de uma disputa doutrinária, com o tempo. Jamais, porém, decidir-se por conta dos fatos diários. Há condições para o refluxo, e argumentos também não faltam. O governo enfrenta grave crise econômica e os planos em elaboração deverão servir para reverter o índice inflacionário, a alta do custo de vida, a escalada dos juros e sucedâneos. Importa, porém, desde já, que se mobilizem os setores presidencialistas, a começar pelo Ministério.